



Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Sofia Raquel Soares Oliveira

A Demonstração de Fluxos de Caixa como Instrumento Estratégico de Gestão

A Demonstração de Fluxos de Caixa como Instrumento Estratégico de Gestão

Sofia Raquel Soares Oliveira

ISCAC | 2017

Coimbra, novembro de 2017



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Sofia Raquel Soares Oliveira

A Demonstração de Fluxos de Caixa como Instrumento Estratégico de Gestão

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Gestão Empresarial**, realizado sob a orientação da Professora Fátima Cravo, coorientação da professora Clara Viseu e supervisão de Edgar Saraiva.

Coimbra, novembro de 2017

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por toda a força que me deram ao longo de todo o meu percurso académico e por acreditarem sempre em mim.

Aos meus amigos pela amizade e apoio nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, professora Fátima Cravo e coorientadora professora Clara Viseu, pela orientação, preocupação, pela disponibilidade, sugestões e contributos emitidos no decorrer do estágio.

Aos colaboradores da *My Business* – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda., pela dedicação e pelo bom ambiente proporcionado ao longo da realização do estágio.

RESUMO

No âmbito do Mestrado em Gestão Empresarial foi realizado um estágio curricular na área da contabilidade e da fiscalidade na entidade *My Business* - Consultores Financeiros e Informáticos, Lda., o qual teve a duração de 960 h e decorreu no período de 31 de Outubro de 2016 a 29 de Abril de 2017.

Os principais objetivos do estágio foram proporcionar as condições consideradas necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos e competências na área contabilística e fiscal, principalmente no que se refere à elaboração da demonstração de fluxos de caixa e proporcionar um contacto direto com a realidade profissional de modo a permitir aplicar os conhecimentos adquiridos na licenciatura em Contabilidade e Auditoria e na parte letiva do Mestrado em Gestão Empresarial.

O presente relatório tem como objetivos principais apresentar as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio e evidenciar a importância da demonstração de fluxos de caixa no processo de tomada de decisão.

A demonstração de fluxos de caixa fornece aos seus utilizadores uma base para identificar e avaliar a capacidade da entidade para gerar e utilizar os seus fluxos financeiros, auxiliando na formação de uma estratégia mais forte e sustentada e no planeamento e na tomada de decisões de investimento, financiamento, distribuição de recursos, entre outros aspetos, fundamentais para a continuidade das operações normais da entidade.

Palavras-chave: Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstrações Financeiras, Tomada de decisão, Planeamento.

ABSTRACT

On sphere of business management, was conducted a curriculum internship on financial services and taxation in *My Business* - Consultores Financeiros e Informáticos Ltd, which had the duration of 960 hours throughout the period of 31st of October 2016 till April 20th 2017.

The main objective of the internship was to provide considerable conditions needed for the development of general knowledge and expertise in taxation and to demonstrate cash flows, mainly referring to elaborated demonstration of the cash flow and to provide direct approach permitted to apply the acquired skills on degree in Accountancy and Auditing part of Masters in business management.

The report has main objectives to present the activities developed during the internship and to highlight the importance of the demonstration on cash flows in the decision making process.

The statement of cash flows provides its users with a basis for identifying and assessing the entity's ability to generate and use its financial flows, assisting in the formation of a stronger and more sustained strategy, and in planning and making investment decisions, financing , distribution of resources, among other aspects, fundamental for the continuity of the normal operations of this entity.

Keywords: Demonstration on Cash Flows, Financial Statements, Decision Making, Planning.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
1 A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA A GESTÃO.....	3
1.1 As Demonstrações Financeiras	3
1.1.1 Balanço – Informação acerca da posição financeira.....	5
1.1.2 Demonstração de Resultados – Informação acerca do desempenho	6
1.1.3 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio.....	7
1.1.4 Demonstração de Fluxos de Caixa.....	8
1.1.5 Anexo.....	9
1.2 A Importância da Informação Contabilística	9
1.3 A Interligação entre as Demonstrações Financeiras	13
2 A DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	15
2.1 História.....	15
2.2 Demonstração de Fluxos de Caixa: Conceito, Objetivos e Utilidade	17
2.3 Apresentação de uma Demonstração de Fluxos de Caixa	18
2.4 Vantagens e Desvantagens	19
2.5 Classificação por Atividades.....	20
2.5.1 Atividades Operacionais	20
2.5.2 Atividades de Investimento	21
2.5.3 Atividades de Financiamento.....	22
2.6 Relato dos Fluxos de Caixa.....	23
2.7 A Importância da Demonstração de Fluxos de Caixa como Instrumento de Gestão	27
2.7.1 Necessidade e Importância da Demonstração de Fluxos de Caixa.....	27
2.7.2 A Importância da Previsão da Demonstração de Fluxos de Caixa.....	31

2.7.3	Rácios financeiros associados à Demonstração de Fluxos de Caixa	32
3	METODOLOGIA	35
4	A ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	36
4.1	Apresentação da Entidade	36
5	ATIVIDADES REALIZADAS	37
5.1	Receção, Organização, Classificação e Registo de Documentos Contabilísticos 37	
5.2	Práticas de Controlo Interno.....	38
5.2.1	Reconciliações Bancárias	39
5.2.2	Análise das Contas de Clientes	39
5.3	Processamento de Salários	39
5.4	Entrega da Declaração Periódica do IVA	40
5.5	Reflexão Crítica	40
6	CASO PRÁTICO DE UMA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	41
6.1	Demonstração de Fluxos de Caixa	41
6.2	Análise da entidade através do cálculo de rácios baseados nos fluxos de caixa 44	
	CONCLUSÕES	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
	APÊNDICES	52
	APÊNDICE 1. Balanço da Delta, Lda.	53
	APÊNDICE 2. Demonstração de Resultados da Delta, Lda.....	54
	ANEXOS	55
	Anexo 1: Elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa pelo Método Direto	56

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1.1 Elementos das Demonstrações Financeiras	4
Tabela 6.1 Demonstração de Fluxos de Caixa da empresa Delta, Lda. de 2014 e 2015	42
Tabela 6.2 Rácios de Cobertura	44
Tabela 6.3 Rácios de Qualidade dos Fluxos	45
Tabela 6.4 Rácio de Investimento.....	45
Tabela 6.5 Rácios de Retorno	46
Figura 1.1 Características qualitativas da informação contabilística.....	10
Figura 1.2 Interligação entre as Demonstrações Financeiras	14
Figura 2.1 Evolução da Demonstração de Fluxos de Caixa em Portugal.....	17

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

APB – *Accounting Principles Board*

CAE – Classificação da Atividade Económica

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

DC – Diretriz Contabilística

DL – Decreto-Lei

DOAF – Demonstração de Origens e Aplicação de Fundos

EC – Estrutura Conceptual

FASB – *Financial Accounting Standard Board*

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

MOAF – Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

NCRF-PE – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para pequenas entidades

NIC – Norma Internacional de Contabilidade

POC – Plano Oficial de Contas

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

INTRODUÇÃO

A contabilidade é considerada um sistema de informação indispensável para a tomada de decisão, pois constitui o *interface* entre a fonte de informação, a organização, e os utilizadores dessa mesma informação, como por exemplo, os clientes, os fornecedores, os financiadores, os titulares da empresa, etc. Assim, as empresas, com vista a melhorar a sua posição competitiva, terão de elaborar demonstrações financeiras adequadas e que transmitam informação verdadeira e relevante para poderem vir a ter ganhos de competitividade.

A demonstração de fluxos de caixa integra o conjunto completo de demonstrações financeiras e tem como objetivo proporcionar aos utentes uma base para determinar a capacidade da empresa para gerar meios de pagamento e em que tempo, com o objetivo de adaptar-se a situações de mudança e de oportunidade. Esta deve relatar os fluxos durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, pois vai proporcionar informação que permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes.

A principal justificação para a escolha deste tema resulta do interesse pela área da contabilidade e pelo facto de poder pôr em prática os conhecimentos adquiridos na Licenciatura em Contabilidade e Auditoria e na parte letiva do Mestrado em Gestão Empresarial, principalmente da demonstração de fluxos de caixa a qual me suscitou interesse em perceber o seu processo de elaboração e a sua importância no processo de tomada de decisão.

O presente relatório tem como objetivos apresentar as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio e realçar a importância que os fluxos de caixa e o cálculo dos rácios têm como instrumentos de planeamento e controlo financeiro e de apoio na tomada de decisões no dia-a-dia das empresas.

A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica feita através da consulta de artigos científicos, revistas, livros e publicações sobre a demonstração de fluxos de caixa. O trabalho desenvolvido ao longo do estágio teve por base a observação e análise de documentos, procedendo-se posteriormente ao seu registo no programa de contabilidade “Primavera”.

O presente relatório está dividido por seis pontos principais:

No primeiro ponto é evidenciada a importância das demonstrações financeiras para a gestão, começando por referir o conceito de demonstrações financeiras, os seus objetivos e utilidade. De seguida é referida a importância da informação contabilística e da interligação entre as demonstrações financeiras.

No segundo ponto é abordado o tema da demonstração de fluxos de caixa evidenciando a sua importância num processo de tomada de decisão.

No terceiro ponto é exposta a metodologia, no qual são especificados os métodos utilizados para alcançar os objetivos.

No quarto ponto é apresentada a entidade de acolhimento, referindo o seu objeto, a sua principal atividade, a missão, visão e estratégia.

No quinto ponto são apresentadas as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio curricular e uma reflexão crítica.

No sexto ponto é elaborado um caso prático de uma demonstração de fluxos de caixa de uma empresa cliente da entidade acolhedora e é feita uma análise financeira da mesma através do cálculo de indicadores financeiros.

De seguida são apresentadas as principais conclusões, onde é feita uma apreciação crítica sobre o cumprimento dos objetivos propostos inicialmente e uma síntese das ideias mais relevantes referidas ao longo do relatório.

Por último apresentam-se os anexos mais relevantes para uma compreensão mais eficaz do relatório.

1 A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA A GESTÃO

Este ponto tem como objetivo analisar a importância das demonstrações financeiras na gestão das entidades. Neste sentido, é apresentado primeiramente o conjunto completo das demonstrações financeiras, os seus objetivos e a sua importância. De seguida, é referida a importância da informação contabilística proveniente das demonstrações financeiras na tomada de decisão e por último é feita a interligação entre as demonstrações financeiras.

1.1 As Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras constituem um importante instrumento de apoio à tomada de decisão nas organizações, permitindo aos diversos utentes internos e/ou externos o conhecimento da situação financeira e económica.

Segundo Silva e Souza (2011), as demonstrações financeiras apresentam informações que revelam as suas operações durante um determinado período de tempo, e quando analisadas permitem detetar quais são os aspetos fortes e fracos apresentados em suas atividades operacionais e não operacionais, auxiliando assim, na tomada de decisão.

Contudo, as demonstrações financeiras não proporcionam toda a informação de que os utentes possam necessitar para tomarem decisões, uma vez que elas, refletem os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não proporcionam necessariamente informação não financeira.

Segundo Costa e Alves (2014), as demonstrações financeiras facultam essencialmente informação financeira pelo que deve ser publicada no relatório de gestão, informação de outra natureza que facilite a compreensão dos utentes.

De acordo com Borges, Rodrigues e Rodrigues (2010), o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.

Assim, as demonstrações financeiras apresentam os seguintes objetivos:

- Proporcionar informação útil aos utilizadores;
- Avaliar a capacidade da empresa em gerar dinheiro e equivalentes de dinheiro e da tempestividade e certeza da sua geração; e

- Informar sobre os recursos económicos controlados pela empresa, estrutura financeira, liquidez e solvência.

Para satisfazer estes objetivos as demonstrações financeiras devem fornecer informações relativas aos seguintes elementos: ativos, passivos, capital próprio; rendimentos e gastos; alterações do capital próprio e ainda acerca dos fluxos de caixa.

Tabela 1.1 Elementos das Demonstrações Financeiras

Elementos das Demonstrações Financeiras	Definição
Ativo	É um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.
Passivo	É uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos.
Capital Próprio	É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos.
Rendimentos	São aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio.
Gastos	São diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deperecimentos de ativos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio.

Fonte: Adaptado de Borges, Rodrigues & Rodrigues (2010)

De acordo com os parágrafos 6 e 8 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 1 as demonstrações financeiras devem ser identificadas de uma forma clara de modo a permitir distingui-las de outra informação no mesmo documento publicada. Deve ser indicado:

- O nome da entidade que relata e qualquer alteração desde a data do balanço anterior;
- Se as demonstrações financeiras abrangem a entidade individual ou um grupo de entidades;
- A data do balanço ou o período abrangido pelas demonstrações financeiras;
- A moeda de apresentação; e
- O nível de arredondamento usado na apresentação de quantias nas demonstrações financeiras.

Segundo o parágrafo 8 da Estrutura Conceptual (EC) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui um balanço, uma demonstração de resultados, uma demonstração das alterações no capital próprio e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituem parte integrante das demonstrações financeiras. Podem também incluir mapas suplementares e informação baseada em tais demonstrações, e que se espera que seja lida juntamente com elas.

A NCRF 1 trata de quase todo o conjunto completo de demonstrações financeiras, apenas o desenvolvimento da demonstração de fluxos de caixa é tratado na NCRF 2.

1.1.1 Balanço – Informação acerca da posição financeira

Segundo Costa e Alves (2014), o balanço é a demonstração financeira que apresenta a posição financeira de uma empresa no final do seu exercício económico e que divulga os elementos do ativo, do passivo e do capital próprio.

De acordo com Borges et al. (2010), o balanço é um quadro alfanumérico que contém informação, reportada a determinada data, acerca dos recursos utilizados e da forma como estão a ser financiados (por terceiros e pelos titulares da empresa).

O objetivo de um balanço é proporcionar informação acerca da posição financeira da empresa que é afetada pelos recursos económicos que ela controla, pela sua estrutura financeira, pela sua liquidez e solvência, e pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera.

A partir do balanço os gestores têm acesso a informações úteis para a sua atividade e assim obtêm uma ideia mais ampla dos meios monetários disponíveis, do estado das suas dívidas e das suas fontes de financiamento.

De acordo com Neves (2012), o balanço é constituído por um conjunto de bens e direitos que compõem o ativo, um conjunto de obrigações que compõe um passivo e a situação líquida que corresponde ao capital próprio. O capital próprio e o passivo representam as origens de fundos, enquanto que as contas do ativo evidenciam as respetivas aplicações de fundos.

De acordo com o parágrafo 10 da NCFR 1 uma entidade deve apresentar ativos correntes e não correntes, e passivos correntes e não correntes, como classificações separadas na face do balanço.

Um ativo é considerado como corrente quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os ativos que não se enquadram neste âmbito são considerados como ativo não corrente.

Um passivo é considerado como corrente quando:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os passivos que não se enquadram neste âmbito são considerados como passivo não corrente.

1.1.2 Demonstração de Resultados – Informação acerca do desempenho

Segundo Neves (2012), a demonstração de resultados é um documento de avaliação do desempenho económico no período. Através desta demonstração financeira, é possível avaliar a rentabilidade operacional e líquida do volume de negócios e em conjunto com

o balanço, avaliar a rentabilidade dos capitais investidos e a rentabilidade dos capitais próprios.

Segundo Borges et al. (2010), é um quadro alfanumérico que contém informação, reportada a um determinado período, acerca dos rendimentos que a entidade gera e dos gastos que lhe são associados.

Segundo os mesmos autores a demonstração de resultados é útil, uma vez que permite avaliar a performance da empresa e em particular a sua lucratividade e também determinar as alterações potenciais nos recursos económicos que seja provável que ela controle no futuro.

A demonstração de resultados apresenta-se em duas formas:

- Demonstração de resultados por natureza;
- Demonstração de resultados por funções.

A demonstração de resultados por natureza agrega as rubricas de acordo com a sua natureza. Esta disponibiliza os seguintes resultados:

- Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos.
- Os resultados operacionais antes de gastos de financiamento e impostos.
- Resultados antes de impostos, que corresponde aos resultados operacionais deduzidos de juros e gastos similares suportados com o financiamento e adicionado de juros e rendimentos similares obtidos das aplicações financeiras.
- Resultado líquido do período que corresponde ao resultado antes de impostos deduzido dos impostos sobre rendimento do período.

Na demonstração de resultados por funções os gastos são agregados por funções evidenciando os custos pelas diversas funções da empresa – custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, distribuição, administrativos, investigação e desenvolvimento dos quais resulta o resultado operacional e os gastos de financiamento e rendimentos de aplicações financeiras.

1.1.3 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio

Segundo Costa e Alves (2014), a demonstração de alterações no capital próprio é a demonstração financeira que apresenta o aumento ou a diminuição dos ativos líquidos (capital próprio) de uma entidade durante o período. É um quadro de dupla entrada em que nas colunas são indicados os elementos do capital próprio evidenciados no balanço

e nas linhas são indicados os acontecimentos que geram modificações no capital próprio.

As alterações ocorridas são divididas em dois grupos com características distintas: as variações que resultam das operações com os detentores de capital e operações que derivam, quer do resultado líquido do período quer de outras alterações no capital próprio.

Segundo Neves (2012), esta demonstração financeira é útil para os analistas financeiros, uma vez que sintetiza as alterações que são contabilizadas diretamente nesta conta do balanço e das operações com os detentores de capital nesse período, nomeadamente, realizações de capital, realizações de prémios de emissão, distribuições de lucros, entrada para cobertura de perdas, etc.

Esta demonstração veio introduzir um novo conceito, o de resultado integral que resulta da agregação direta do resultado líquido do período com todas as variações ocorridas em capitais próprios não diretamente relacionadas com os detentores de capital.

1.1.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

De acordo com Borges et al. (2010), a demonstração de fluxos de caixa é um documento vocacionado para o tratamento de informação relacionada com a capacidade da empresa gerar e de utilizar o dinheiro. É um quadro informativo que ajuda os utentes a responder a uma simples questão que é saber de onde vem o dinheiro e para onde vai o dinheiro.

De acordo com Carrapiço (2013), o objetivo da demonstração de fluxos de caixa é o de proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos em dinheiro no decurso da atividade corrente e operacional da empresa, bem como, evidenciar as aplicações de dinheiro da empresa em investimentos e a obtenção de recursos monetários através de financiamento, para a empresa se adaptar às necessidades e oportunidades futuras.

Esta demonstração é útil a fim de avaliar as suas atividades de investimento, de financiamento e operacionais durante o período de relato.

Atividades Operacionais: são as que constituem o objeto das atividades da empresa, ou seja, os recebimentos que decorrem das vendas e prestações de serviços, e os pagamentos que decorrem das compras de bens e serviços.

Atividades de Investimento: compreendem os investimentos e desinvestimentos, isto é, os pagamentos respeitantes ativos fixos tangíveis e intangíveis e de investimentos financeiros e os recebimentos provenientes de alienações de ativos fixos tangíveis e intangíveis e de investimentos, e, bem assim, os juros e rendimentos similares e os dividendos recebidos.

Atividades de Financiamento: compreende os recebimentos provenientes dos financiamentos obtidos e da constituição ou reforço de capital e os pagamentos respeitantes a amortização dos financiamentos obtidos e os juros e gastos similares e os dividendos pagos.

Assim, uma gestão adequada dos fluxos de caixa auxilia o gestor a identificar eventuais deficiências nas suas atividades, procurando soluções na sua erradicação com vista a um melhor funcionamento das mesmas.

1.1.5 Anexo

O anexo é um documento que está fortemente ligado às demais demonstrações financeiras. Nele são divulgadas as bases de preparação e de apresentação das demonstrações financeiras, as políticas contabilísticas adotadas, a informação exigida pelas diversas NCRF e informação adicional que não seja apresentada na face das demonstrações financeiras, mas que seja relevante e que ajude na compreensão de qualquer valor que conste nas restantes demonstrações financeiras proporcionando aos utentes todos os esclarecimentos de que necessitam para poder fazer um juízo, enquadrado pela observância das características qualitativas e suas limitações.

1.2 A Importância da Informação Contabilística

A informação financeira é o recurso mais importante dentro de uma empresa, pois é o meio que permite o crescimento e desenvolvimento num mercado tão competitivo. A informação deve permitir a tomada de decisões económicas, e por isso, deve ser elaborada de forma a possibilitar efetuar comparações das demonstrações financeiras da empresa ao longo do tempo com outras empresas, a fim de identificar tendências na posição financeira, no desempenho e nas alterações na posição financeira.

Os gestores necessitam de informação para sustentarem o processo de tomada de decisão, os quais reconhecem a importância que a informação contabilística tem em dois tipos de decisões: as decisões estratégicas (investimento, financiamento,

distribuição de dividendos), e as decisões operacionais. Nas decisões de investimento e distribuição de dividendos a informação contábilística assume relevância já que permite analisar a capacidade financeira da empresa. Nas decisão de financiamento a informação contábilística permite conhecer alterações na estrutura financeira e por último nas decisões operacionais a informação contábilística permite consultar os saldos devedores e credores.

Segundo Winborg (1996), os gestores que possuem menor experiência em gestão fazem uma maior utilização dos dados provenientes da contabilidade, possivelmente para compensar a sua inexperiência. Contrariamente, os gestores com uma maior experiência, têm tendência a tomar decisões com base na sua intuição quando confrontados com situações futuras, em detrimento da utilização da informação contábilística.

Para Scorte, Cozma e Rus (2009), a informação contábilística apenas se torna útil para o gestor se for corretamente analisada, denotando que ela poderá ser o «*best friend*» do gestor em tempos de crise.

A informação contábilística deve preencher determinadas características qualitativas que a tornem útil aos utentes.

As 4 principais características são:

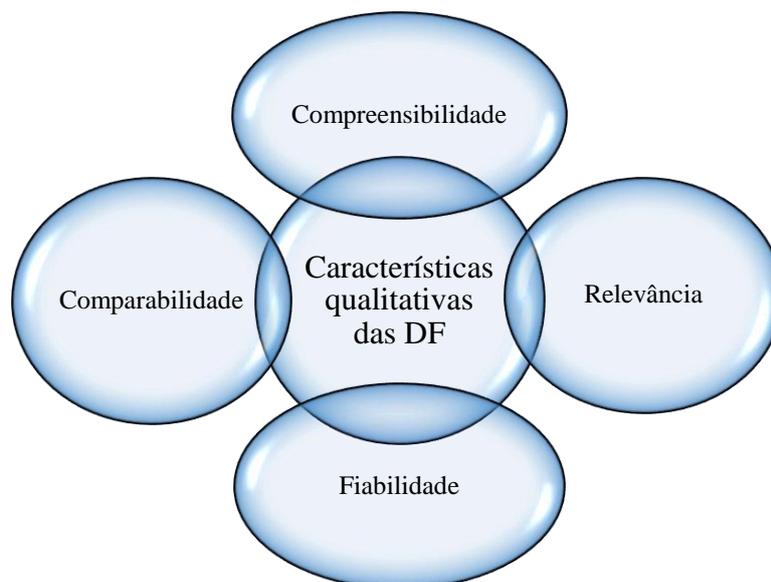


Figura 1.1 Características qualitativas da informação contábilística

Fonte: Adaptado de Borges, Rodrigues & Rodrigues (2010)

Compreensibilidade: a informação contida nas demonstrações financeiras deve ser rapidamente compreensível pelos utentes. Contudo, a informação acerca de matérias mais complexas e que sejam relevantes para a tomada de decisão não devem ser excluídas meramente com o fundamento de que possam ser demasiado difíceis para a compreensão de certos utilizadores.

Relevância: a informação tem de ser relevante, para ser útil na tomada de decisões dos utentes, ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou ainda a confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas. A relevância é afetada pela sua materialidade e pela sua natureza. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões dos utilizadores.

Fiabilidade: a informação considera-se fiável quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes possam depender dela ao representar fidedignamente o que ela é ou pretende representar ou pode esperar-se que represente.

Para que a fiabilidade seja atingida deve obedecer ainda aos seguintes critérios:

- **Representação fidedigna:** a informação financeira deve apresentar de forma fidedigna as operações/acontecimentos que pretende representar ou possa esperar-se que represente;
- **Substância sobre a forma:** a informação deve apresentar e contabilizar os acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica financeira e não somente com base na sua forma legal;
- **Neutralidade:** a informação deve ser neutra, ou seja, livre de preconceitos, não deve influenciar a tomada de decisão com o objetivo de atingir um resultado ou efeito pré-definido;
- **Prudência:** os preparadores da informação financeira devem ser prudentes em situações de incerteza;
- **Plenitude:** a informação deve ser completa considerando a sua materialidade/custo, podendo uma omissão induzir os utentes em erro.

Comparabilidade: os utentes tem de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho e de avaliar de forma relativa a sua posição financeira, o seu desempenho e as suas alterações na posição financeira.

O objetivo é que as demonstrações financeiras proporcionem uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira da entidade que ajudem os utentes na tomada de decisões económicas.

Segundo o parágrafo 9 da EC os utentes utilizam as demonstrações financeiras para satisfazerem algumas das suas necessidades, são eles:

Investidores: Necessitam de informação para os ajudar a determinar se devem comprar, deter ou vender por exemplo ações ou obrigações e em informação que lhes permita determinar a capacidade da entidade para pagar dividendos;

Empregados: Estão interessados na informação acerca da estabilidade e da lucratividade dos seus empregadores, assim como avaliar a capacidade da entidade proporcionar remuneração, benefícios de reforma e oportunidades de emprego;

Mutuantes: Estão interessados em informação que lhes permita determinar se os seus empréstimos, e os juros que a eles respeitam, serão pagos quando vencidos;

Público: Necessitam de informação acerca das tendências e desenvolvimentos recentes na prosperidade da entidade e leque das suas atividades;

Fornecedores: Estão interessados em informação que lhes permita determinar se as quantias que lhes são devidas serão pagas no vencimento;

Clientes: Estão interessados em informação acerca da continuidade de uma entidade principalmente quando ela tem envolvimento a prazo, ou estão dependentes desta;

Governo e seus departamentos: Estão interessados na alocação de recursos e, por isso, nas atividades das entidades.

A grande diferença entre os utilizadores referenciados acima e o órgão de gestão reside no facto deste último ter acesso a informação adicional de gestão e financeira que o ajuda a assumir as suas responsabilidades de planeamento, tomada de decisões e controlo.

Segundo Scorte et al. (2009), o órgão de gestão necessita de informações contabilísticas para basear as suas decisões e estratégias de curto e longo prazo, essenciais para o alcance dos objetivos da empresa.

De acordo com Neves (2007), as decisões operacionais, a curto prazo, englobam a gestão do ativo corrente e a gestão do passivo corrente. A gestão do ativo inclui a gestão

do crédito concedido aos clientes, o controlo financeiro dos inventários e a aplicação dos excedentes temporários de tesouraria. A gestão do passivo compreende a gestão dos créditos obtidos junto dos fornecedores e restantes credores de curto prazo e a cobertura dos défices temporários de tesouraria.

De acordo com os mesmos autores, as decisões de investimento a médio e longo prazo baseiam-se na decisão de investir ou desinvestir nos investimentos necessários ao normal funcionamento da empresa, através da análise da rentabilidade e dos riscos associados a essas decisões, com vista a potenciais benefícios económicos futuros para a empresa. As decisões de financiamento têm essencialmente como objetivo a captação de fundos que assegurem as políticas de investimento da empresa.

Uma entidade depois de estar bem organizada operacionalmente e estrategicamente, irá necessitar de uma contabilidade bem organizada e preparada, para assim obter informações úteis e confiáveis, e suportar a tomada de decisão.

Contudo, por vezes, a tomada de decisão baseia-se na intuição do gestor que desvaloriza as informações contabilísticas por desconhecimento do verdadeiro objetivo da contabilidade para a tomada de decisão ou pela sua limitada utilização atendendo somente a obrigações fiscais.

1.3 A Interligação entre as Demonstrações Financeiras

Sendo um conjunto completo, as demonstrações financeiras não devem ser analisadas individualmente mas sim como um todo. Elas estão interligadas na medida em que cada uma reflete informação distinta das mesmas transações/acontecimentos, pelo que individualmente podem não proporcionar toda a informação necessária no âmbito do relato financeiro essencial para a tomada de decisão dos utentes das demonstrações financeiras.

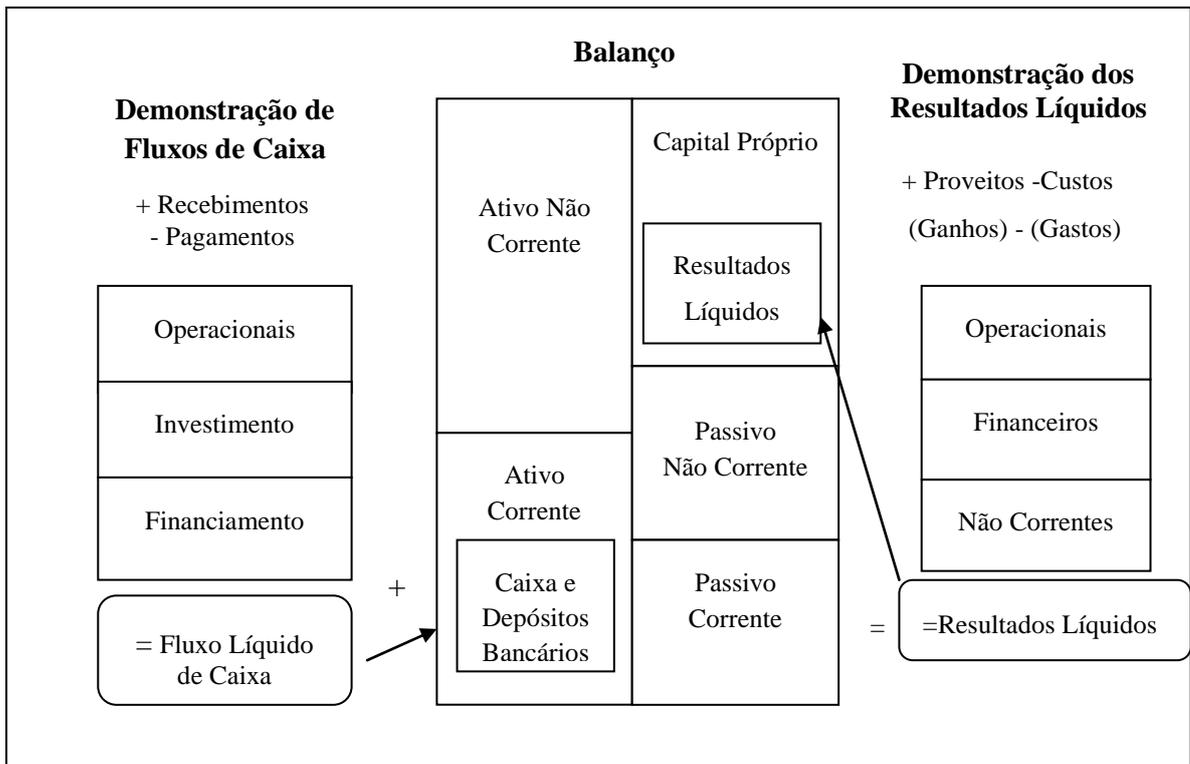


Figura 1.2 Interligação entre as Demonstrações Financeiras
 Fonte: Neves (2012)

A figura 1.2 demonstra a interligação entre as demonstrações financeiras. Da análise da figura podemos concluir que os resultados líquidos apurados na demonstração de resultados do período são incorporados no capital próprio da empresa. Assim, as empresas que obtenham lucro podem reforçar os seus capitais próprios e a sua solvabilidade, enquanto que as empresas que obtenham prejuízo enfraquecem a sua base de capital. Também podemos verificar que os fluxos líquidos de caixa apurados no período são englobados em caixa e depósitos, pelo que fluxos de caixa positivos reforçam a liquidez e a capacidade de solvência das dívidas. Enquanto que, fluxos de caixa negativos alteram os níveis de liquidez da empresa e a sua capacidade de cumprir com as suas obrigações financeiras.

Outra interligação que podemos verificar é que os proveitos provenientes da demonstração de resultados, podem-se transformar em recebimentos e as despesas em pagamentos na demonstração de fluxos de caixa.

2 A DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

2.1 História

Segundo Caiado (2000) citado por Silva & Martins (2012), a demonstração de fluxos de caixa até à 2ª Grande Guerra Mundial, não foi relevante tanto para os analistas como para os gestores financeiros.

Nas décadas posteriores começaram a surgir várias demonstrações de resumo anual dos movimentos financeiros das empresas, nas quais se notava a falta de uniformidade quanto a terminologia, âmbito e formato. A informação presente nestas demonstrações cingia-se apenas à comparação da situação financeira de ano para ano, não se explicitando as diferenças entre os resultados presentes nos documentos de prestação de contas e os fundos disponíveis para dividendos, pagamento de dívidas e aquisição de imobilizados.

Perante estas situações, o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) publicou, em 1961 um estudo intitulado “Análise dos Fluxos de Caixa e o Mapa de Origens e Aplicações de Fundos”, que posteriormente deu origem à Opinião nº3 com o título “Mapa de Origem e Aplicação de Fundos” (MOAF), da autoria do *Accounting Principles Board* (APB).

Até 1971, a publicação deste mapa ganhou cada vez mais adeptos, o que originou a publicação pelo APB da opinião nº19 denominada “Mapa de alterações à posição financeira”, a qual impunha a necessidade de divulgar um mapa de alterações à posição financeira como complemento às demonstrações financeiras.

Nos anos oitenta, conforme Caiado (2000), citado por Silva & Martins (2012) “o interesse sobre o mapa em causa aumentou, concentrando-se na importância dos fluxos de caixa para os utentes dos documentos de prestação de contas e sobre as suas expectativas”.

A importância das informações dos fluxos de caixa e a falta de comparabilidade entre os documentos de prestação de contas de várias empresas, levou a que o *Financial Accounting Standard Board* (FASB) aprovasse em 1987 a Norma 95 – Demonstração de Fluxos de Caixa que revogou a anterior Opinião nº19. A citada Norma 95 exige a elaboração da demonstração de fluxos de caixa para cada período de modo a refletir os resultados das operações. Esta demonstração centra-se em informações preparadas

numa base de caixa ao contrário das anteriores que eram preparadas numa base de acréscimo.

Por outro lado, o *International Accounting Standards Board* (IASB) aprovou a Norma Internacional de Contabilidade (NIC) nº7 intitulada “*Statement of Changes in Financial Position*”- Demonstração das Alterações na Posição Financeira, que foi revista e substituída em outubro de 1992 pela demonstração de fluxos de caixa, entrando em vigor a partir de 1 de Janeiro 1994.

Na União Europeia, o interesse por esta demonstração financeira aumentou e surgiram diversos estudos sobre esta matéria.

Em Portugal e com a aprovação do primeiro Plano Oficial de Contas (POC) em 1977 previa-se o MOAF cuja função consistia na apresentação das variações patrimoniais dos ativos, passivos e capitais próprios através da comparação de dois balanços consecutivos. Em 1989 com a aprovação do segundo POC a designação da Demonstração foi alterada passando-se a designar “Demonstração das Origens e Aplicações de Fundos”, mantendo-se os mesmos objetivos e a tipologia da informação.

Em 1993, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) aprovou a Diretriz Contabilística (DC) nº14 – Demonstração de Fluxos de Caixa, a qual não veio com o objetivo de substituir a Demonstração de Origens e Aplicação de Fundos (DOAF), mas sim criar uma nova demonstração contabilística com informação diferenciada sobre os fluxos financeiros.

Assim, em 2003 o DL nº79/2003 eliminou do POC a DOAF, e tornou obrigatória a elaboração e apresentação da demonstração de fluxos de caixa exceto para as micro e pequenas empresas as quais não são obrigadas a apresentar a demonstração de fluxos de caixa.

Em 2010, o DL nº158/2009 de 13 de Julho prevê que a DFC passa a ser elaborada e apresentada pelo método direto. Na figura 2.1 apresenta-se uma síntese da evolução da demonstração de fluxos de caixa em Portugal.

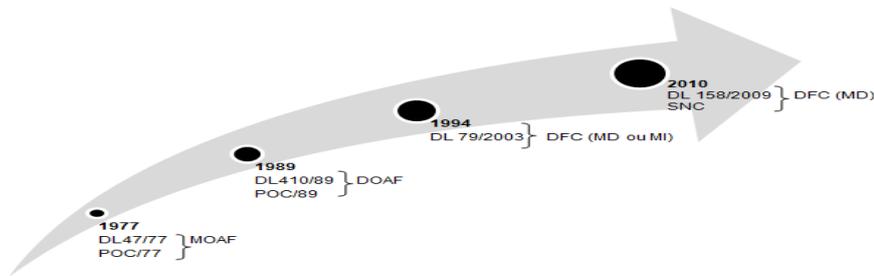


Figura 2.1 Evolução da Demonstração de Fluxos de Caixa em Portugal

Fonte: Silva & Martins (2012)

2.2 Demonstração de Fluxos de Caixa: Conceito, Objetivos e Utilidade

Segundo Borges et al. (2010), a demonstração de fluxo de caixa é um documento vocacionado para o tratamento de informação relacionada com a capacidade da empresa em gerar e de utilizar o dinheiro.

É uma das principais fontes de análise da situação económico-financeira da empresa pois permite a análise dos seus níveis de liquidez, da sua viabilidade e flexibilidade financeira, da capacidade de gerar e utilizar dinheiro e equivalentes e na definição estratégica dos negócios das empresas, sobretudo ao nível do investimento e do financiamento.

Neste sentido, segundo Caiado e Gil (1993), o objetivo principal da demonstração de fluxos de caixa é o de proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

Um outro objetivo importante é o de proporcionar aos utentes da informação financeira uma análise criteriosa do desempenho do fluxo financeiro da empresa e de proporcionar informação sobre o seu estado de liquidez, sobre a forma como a empresa utiliza os seus recursos por um determinado período e se há capacidade da empresa aplicar recursos ou se há necessidade de financiamento, pois só assim o gestor poderá avaliar os resultados, visualizar as lacunas e evitar eventuais desajustamentos, conduzindo a uma melhor tomada de decisão.

Assim, podemos afirmar que a informação contida na demonstração de fluxos de caixa deve ajudar os utilizadores a:

- Determinar os influxos e exfluxos futuros de caixa;

- Perceber qual a capacidade da empresa para gerar fluxos de caixa positivos a partir da sua capacidade operacional;
- Avaliar a capacidade da empresa em solver compromissos e pagar dividendos;
- Compreender as razões para as diferenças entre o resultado líquido e o dinheiro gerado nas atividades operacionais;
- Examinar os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento, nomeadamente a possibilidade de reembolsar os financiamentos obtidos; e
- Indiciar problemas graves de tesouraria e potencial risco de insolvência/falência.

2.3 Apresentação de uma Demonstração de Fluxos de Caixa

Conforme o previsto no artigo 11 do Decreto-Lei (DL) nº98/2015, de 2 de junho, que veio alterar a redação do DL nº158/2009, de 13 de julho, as entidades sujeitas ao SNC, são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração de fluxos de caixa
- Anexo

No entanto, segundo o nº3 do artigo mencionado anteriormente as pequenas entidades e as microentidades são dispensadas de apresentar a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa, podendo apresentar modelos reduzidos relativamente às restantes demonstrações financeiras.

Segundo Caiado e Gil (2014), as informações para preparar a demonstração de fluxos de caixa provêm de 3 fontes:

- Balanços comparativos (Ano N e Ano N-1) que nos indicam o montante das variações nas rubricas do ativo, do capital próprio e do passivo do início para o final do período;
- Demonstração de resultados que ajudam a determinar o montante de caixa originado ou a ser utilizado pelas operações durante o período;
- Dados complementares como por exemplo balancete das contas do razão (Ano N e Ano N-1), anexo e outras informações adicionais que são necessárias para determinar como a caixa e equivalentes foi provisionada ou utilizada durante o período.

A partir das fontes de informação, a demonstração de fluxos de caixa é elaborada através de 3 fases. A primeira fase consiste na determinação da variação de caixa e seus equivalentes, calculada através da comparação de balanços. A segunda fase consiste na determinação dos fluxos de caixa das operações, esta é considerada a fase mais complexa porque envolve a análise da demonstração de resultados do período, dos balanços comparativos e outros dados das operações. A terceira e última fase consiste na determinação dos fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento através da análise das restantes variações das contas do balanço, com vista a determinar o correspondente efeito em caixa.

A NCRF 2 indica que a demonstração de fluxos de caixa deve relatar os fluxos de caixa durante o período, normalmente um ano, classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, visto que esta classificação permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira e nas quantias de caixa e seus equivalentes, assim como permite avaliar as relações entre essas atividades. A mesma norma refere que as entidades sujeitas ao SNC devem apresentar a demonstração de fluxos de caixa pelo método direto.

2.4 Vantagens e Desvantagens

A demonstração de fluxos de caixa segundo Caiado e Gil (2014), apresenta as seguintes vantagens:

- Possibilita a comparabilidade das performances operacionais divulgadas pelas diferentes empresas, visto que elimina os efeitos da utilização de diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas transações ou operações;
- Mostra a capacidade de uma empresa para gerar fluxos monetários.
- Juntamente com as demais demonstrações financeiras a demonstração de fluxos de caixa permite que os utentes avaliem melhor as alterações havidas na posição financeira, incluindo liquidez e a solvabilidade;
- Os documentos de prestação de contas não tem em conta a inflação, pelo que muitos procuram um padrão concreto (Fluxos de Caixa) para avaliar o sucesso ou a falência das operações;
- Tratando-se de uma medida de performance relativamente simples, pode ser facilmente assimilada pelos utentes não especializados em análise financeira.

No entanto, na opinião dos mesmos autores, a demonstração de fluxos de caixa apresenta algumas desvantagens. Por um lado, trata-se de uma metodologia centrada nos movimentos de caixa, pelo que não traduz a complexidade dos aspetos da gestão financeira e, por outro lado, a informação proporcionada é de certa forma limitada, pelo que deverá ser sempre analisada em conjunto com o balanço e a demonstração de resultados.

Segundo Barata (1999), a demonstração de fluxos de caixa apresenta também algumas limitações, porque não aborda aspetos que podem influenciar a vertente financeira, como por exemplo, as depreciações/amortizações, as provisões, os ajustamentos, as imparidades e os lucros e omite rubricas dificilmente mensuráveis tais como, ativos e passivos contingentes.

Contudo, segundo Silva e Martins (2012), a análise da demonstração de fluxos de caixa por si só pode ser insuficiente, uma vez que as informações proporcionadas são limitadas. Assim, a demonstração de fluxos de caixa deve ser analisada em conjunto com as demais demonstrações financeiras e tendo presente o seu carácter de complementaridade relativamente às informações prestadas pelos outros documentos de prestações de contas.

2.5 Classificação por Atividades

Segundo a NCRF 2 a demonstração de fluxos de caixa deve relatar os fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Esta classificação por atividades proporciona informação que permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes.

2.5.1 Atividades Operacionais

Segundo o parágrafo 10 da NCRF 2 os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais derivam das principais atividades da empresa, geradoras de réditos, por isso, eles geralmente resultam de transações ou outros acontecimentos que entram na determinação dos resultados da entidade como por exemplo:

- Recebimentos de caixa provenientes da venda de bens e da prestação de serviços;

- Recebimentos de caixa provenientes de royalties, honorários, comissões e outros réditos;
- Pagamentos de caixa a fornecedores de bens e serviços;
- Pagamentos de caixa a e por conta de empregados;
- Pagamentos ou recebimentos de caixa por restituições de impostos sobre rendimento, a menos que este se relacionem com as outras atividades;
- Recebimentos e pagamentos de caixa de contratos detidos com a finalidade de negócio.

Os fluxos desta atividade são um indicador fundamental na medida em que permitem avaliar se as operações da empresa geraram fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos obtidos, manter a capacidade operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem recurso a fontes externas de financiamento.

Se num determinado período, uma entidade apresentar o valor de fluxo de caixa operacional negativo, indica que a empresa não está a gerar rendimentos suficientes para fazer face às suas obrigações, apresentando assim, dificuldades em desenvolver as restantes atividades.

Assim, podemos concluir que uma entidade tem de ter uma atividade operacional positiva para gerar resultados e para o seu bom funcionamento.

2.5.2 Atividades de Investimento

A informação relativa aos fluxos de caixa das atividades de investimento é relevante porque representa as despesas incorridas para obter recursos com o objetivo de gerar rendimentos e fluxos de caixa futuros.

As atividades de investimento devem ser suportadas a médio e longo prazo pelas atividades operacionais, embora a curto prazo possam ser suportadas pelas atividades de financiamento, bem como pelas atividades de investimento através da alienação de investimentos/imobilizações.

É frequente, o valor das atividades de investimento ser negativo, uma vez que o valor de compra de novos ativos, normalmente é superior ao valor de venda dos mesmos.

Conforme o parágrafo 12 da NCRF 2 são exemplo:

- Pagamentos de caixa para aquisição de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo. Também incluem os pagamentos relacionados com

custos de desenvolvimento capitalizados e ativos fixos tangíveis autoconstruídos;

- Recebimentos de caixa por vendas de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo;
- Pagamentos de caixa para aquisição de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos;
- Recebimentos de caixa de venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos;
- Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a outras entidades;
- Recebimentos de caixa provenientes do reembolso de adiantamentos e de empréstimos feitos a outras entidades;
- Pagamentos de caixa para contratos de futuros, contratos de *forward*, contratos de opção e contratos *swap*, exceto quando os contratos sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os pagamentos sejam classificados como atividades de financiamento;
- Recebimentos de caixa provenientes de contratos de futuros, contratos de *forward*, contratos de opção e contratos *swap*, exceto quando os contratos sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os recebimentos sejam classificados como atividades de financiamento.

2.5.3 Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento são aquelas que resultam de alterações na extensão e composição dos empréstimos obtidos e do capital próprio da empresa. Estas atividades permitem estimar as necessidades de meios de pagamento e de novas entradas de capital, bem como proporcionar aos financiadores informação sobre a capacidade de serem reembolsados. Conforme o parágrafo 13 da NCRF 2 são exemplos de fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:

- Recebimentos de caixa provenientes da emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio;
- Pagamentos de caixa por aquisição de ações (quotas) próprias, redução do capital ou amortização de ações (quotas);
- Recebimentos provenientes da emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo;

- Desembolsos de caixa de quantias de empréstimos obtidos;
- Pagamentos de caixa por um locatário para a redução de dívida em aberto relacionada com uma locação financeira.

2.6 Relato dos Fluxos de Caixa

A demonstração de fluxos de caixa pode ser elaborada através de dois métodos: o método direto e o método indireto. Contudo, a apresentação da demonstração de fluxos de caixa pelo método indireto foi eliminada pelo SNC, devido ao facto do método direto proporcionar informações mais detalhadas e completas e facilitar na preparação de estimativas sobre futuros fluxos de caixa que não são possíveis pela utilização do método indireto.

O método direto é aquele em que são divulgados os principais componentes dos recebimentos de caixa e pagamentos de caixa, em termos brutos, o que permite aos utentes compreender o modo como a empresa gera os meios e pagamentos e sua respetiva utilização.

Os fluxos de caixa podem ser determinados através de duas vias:

- Diretamente dos registos contabilísticos da empresa, mediante a adoção de rubricas apropriadas – nomeadamente a classe 0 – Contabilidade dos Fluxos de Caixa;
- Pelo ajustamento das vendas, custo das vendas e outras rubricas da demonstração de resultados que respeitem a :
 - variações ocorridas, durante o período contabilístico, nas existências e nas dívidas operacionais de e a terceiros;
 - outras rubricas não relacionadas com caixa;
 - outras rubricas cujos efeitos de caixa respeitem a fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

Segundo Santos (2004), a utilização do método direto permite mostrar o montante total dos influxos e dos exfluxos de caixa originados pelas atividades operacionais. Assim a demonstração de fluxos de caixa evidencia todos os atuais influxos e exfluxos gerados e aplicados pela empresa e, por conseguinte, é mais consistente com o objetivo desta demonstração financeira. Também fornece informação acerca do montante das vendas, o que pode ter muita utilidade na avaliação do valor económico das vendas.

O mesmo autor afirma que o método indireto é aquele em que o resultado líquido do exercício é ajustado de forma a excluírem-se os efeitos de transações que não sejam a dinheiro, acréscimos ou diferimentos relacionados com recebimentos ou pagamentos passados ou futuros e contas de rendimentos ou gastos relacionados com fluxos de caixa respeitantes às atividades de investimento ou de financiamento.

O método indireto apresenta algumas vantagens:

- A reconciliação do resultado da conta de ganhos e perdas e dos fluxos de caixa gerados ou usados nas atividades operacionais é útil para compreender a ligação entre atividades económicas e a geração e absorção de fluxos de caixa;
- A sua aplicação pode evitar custos de desenvolvimento significativos, acima daqueles atualmente requeridos quando o nível de detalhe dos influxos e dos exfluxos de caixa incluem subcategorias de recebimentos ou pagamentos.

De acordo com o parágrafo 16 da NCRF 2 uma entidade deve relatar separadamente as principais classes dos recebimentos brutos de caixa e dos pagamentos brutos de caixa provenientes das atividades de investimento e de financiamento, exceto até ao ponto em que os fluxos de caixa descritos no parágrafo 17 sejam relatados numa base líquida.

A mesma norma no parágrafo 18 refere que podem ser relatados numa base líquida:

- Recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente e não os da entidade;
- Recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos.

Fluxos de caixa em moeda estrangeira

Conforme o parágrafo 18 da NCRF 2 os fluxos de caixa provenientes de transações expressas em moeda estrangeira devem ser registados na moeda funcional, pela aplicação da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data dos respetivos recebimentos e pagamentos de acordo com as regras descritas na NCRF 23 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio.

Os ganhos e as perdas não realizados provenientes de alterações de taxas de câmbio de moeda estrangeira não são considerados como fluxos de caixa. Contudo, o efeito das alterações das taxas de câmbio é relatado na demonstração de fluxos de caixa a fim de reconciliar caixa e seus equivalentes no começo e no fim do período. Esta quantia é

apresentada separadamente da dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui as diferenças, se as houver, caso esses fluxos de caixa tivessem sido relatados às taxas de câmbio do fim do período.

Juros e dividendos

Segundo o parágrafo 22 da NCRF 2 os fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos e pagos deve ser separadamente divulgado, ou seja, devem ser classificados de período a período de maneira consistente, quer como atividade operacional, de investimento ou de financiamento.

De acordo com o paragrafo 24 da NCRF 2 os fluxos de caixa dos juros e dividendos recebidos e pagos podem ser classificados nas atividades operacionais porque entram na determinação dos resultados e podem ajudar os utentes a determinar a capacidade de uma entidade de pagar dividendos a partir dos fluxos operacionais, podem ser classificados nas atividades de investimento porque são retornos do investimento e nas atividades de financiamento porque são um custo da obtenção de recursos financeiros.

A quantia total de juros pagos deve ser divulgada na demonstração de fluxos de caixa quer tenha sido reconhecida como um gasto na demonstração de resultados quer tenha sido capitalizada de acordo com a NCRF 10 – Custos de Empréstimos Obtidos.

Impostos sobre o rendimento

Conforme o parágrafo 26 da NCRF 2 os fluxos de caixa provenientes de impostos sobre o rendimento, devem ser divulgados separadamente devendo ser classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais a menos que possam ser identificados com as atividades de investimento ou de financiamento.

Investimentos em subsidiárias , em associadas e em empreendimentos conjuntos

Segundo os parágrafos 27 e 28 da NCRF 2 quando se contabilizar um investimento numa associada ou subsidiária pelo método da equivalência patrimonial ou pelo método do custo, deve-se relatar na demonstração de fluxos de caixa os fluxos entre a empresa participante e a participada, como por exemplo o caso dos dividendos e adiantamentos.

No caso da consolidação ser efetuada pelo método proporcional, deverá incluir na demonstração consolidada de fluxos de caixa a parte proporcional dos fluxos de caixa da entidade conjuntamente controlada.

Aquisições e alienações de subsidiárias e de outras unidades empresariais

De acordo com os parágrafos 29 e 30 da NCRF 2, os fluxos de caixa agregados provenientes de aquisições e alienações de subsidiárias ou de outras unidades devem ser apresentados separadamente e classificados como atividade de investimento.

A empresa-mãe deve divulgar separadamente:

- A importância total da compra ou alienação;
- A parte da retribuição paga ou recebida por meio de caixa e seus equivalentes;
- A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial adquirida ou alienada;
- A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária, nomeadamente, trespasses, investimentos, inventários, dívidas a receber e dívidas a pagar.

Transações que não sejam por caixa

De acordo com os parágrafos 32 e 33 da NCRF 2, as transações que não sejam de caixa, são excluídas da demonstração de fluxos de caixa, uma vez que esta regista os recebimentos e pagamentos ocorridos no período. As operações de investimento e de financiamento que não exijam o uso de caixa ou seus equivalentes também devem ser excluídas de uma demonstração de fluxos de caixa. Contudo, tais operações devem ser divulgadas no anexo de tal modo que proporcionem toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento. As atividades que não são geradoras de caixa devem ser reportadas em anexo às demonstrações financeiras.

Exemplos de operações que não sejam de caixa:

- A aquisição de ativos quer pela assunção de passivos diretamente relacionados quer por meio de locação financeira;
- A aquisição de uma empresa através da emissão de ações;
- A conversão de dívidas de capital.

Divulgações

A portaria nº220/2015, de 24 de julho exigia a divulgação em anexo das seguintes informações sobre o fluxo de caixa:

- Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso;

- Discriminação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários;
- Uma entidade deve divulgar, agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos: a retribuição total paga ou recebida; a parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes; a quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; a quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal;
- Indicação das transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

É de notar, que as entidades são livres de divulgar outras informações para além das que foram mencionadas, tendo em atenção os objetivos das demonstrações financeiras e as características da informação nelas contidas.

2.7 A Importância da Demonstração de Fluxos de Caixa como Instrumento de Gestão

Este ponto tem como principal objetivo estabelecer a ligação da demonstração de fluxos de caixa com a necessidade e importância que ela tem para a gestão das entidades.

2.7.1 Necessidade e Importância da Demonstração de Fluxos de Caixa

Os gestores necessitam de informações que os auxiliem em todas as etapas da gestão empresarial, seja no planeamento, na execução das atividades ou na avaliação do desempenho dos administradores e na análise do resultado, assim é necessário que os gestores disponham de informação suficiente para conhecer o comportamento da empresa e, conseqüentemente, escolher as alternativas que auxiliem no processo de tomada de decisão.

A demonstração de fluxos de caixa é um instrumento importante para este processo uma vez que permite vislumbrar praticamente toda a estratégia e gestão financeira da entidade, mostrando-nos também a necessidade de captar empréstimo ou aplicar

excedentes de caixa em operações lucrativas, proporcionando assim um fluxo de caixa equilibrado, aproveitando as aplicações em recursos próprios.

É através da informação sobre o fluxo de caixa que as empresas planeiam e tomam decisões de investimento, financiamento, distribuição de recursos, entre outros aspetos, fundamentais para a continuidade das operações normais da entidade.

Spadin (2008), afirma que a demonstração de fluxos de caixa tem a sua importância e utilidade reconhecidas, uma vez que esta é capaz de fornecer informações com as quais a gestão tem condições de planear as suas ações com vista a evitar excessos ou insuficiências.

Segundo Araújo (2008), a elaboração da demonstração de fluxos de caixa é necessária, quer para a estrutura interna da entidade quer para o vasto conjunto externo dos seus utilizadores, uma vez que:

- As entidades não conseguem estabelecer uma correlação entre os resultados apurados e apresentados nos documentos de informação financeira e os fluxos de caixa verificados no mesmo período em análise;
- O capital circulante não possibilita uma informação útil sobre a liquidez e a flexibilidade financeira da entidade;
- Torna-se necessário completar a informação financeira, de modo a ser possível efetuar previsões de tesouraria;
- É necessária a obtenção de informação específica sobre a forma como a entidade aplicou o seu dinheiro, ou seja, sobre a sua capacidade e forma de resposta às necessidades de caixa, sobre o ponto de vista operacional, de financiamento e de investimento.

Assim a demonstração de fluxos de caixa é importante porque permite:

- Avaliar a capacidade da entidade em gerar fluxos de caixa positivos no futuro;
- Avaliar a capacidade de satisfazer os seus compromissos e pagar dividendos;
- Avaliar sobre a necessidade de recurso ao financiamento externo;
- Correlacionar os resultados apurados e os fluxos de caixa, relativos às atividades operacionais, de investimento e de financiamento;
- Entender e explicar as variações ocorridas na situação financeira entre o início e o final do período em análise, dotando desta forma a sua administração de um

melhor conhecimento e experiência que poderão ser altamente benéficos para a elaboração das futuras previsões;

- Obter um maior conjunto de informação que poderá ser utilizada para efeitos de comparabilidade de desempenho entre várias entidades do mesmo negócio.

As informações contidas nesta demonstração financeira são úteis para os acionistas e para os investidores/credores, sendo que os acionistas necessitam de informação acerca das possibilidades de desenvolvimento e/ou solvência da empresa, bem como, da capacidade da mesma no cumprimento das suas obrigações, e os investidores/credores necessitam dessa informação para determinar a capacidade da empresa para gerar *cash flows* positivos, para distribuir dividendos, para liquidar os seus empréstimos e respetivos juros, e genericamente, para avaliar a capacidade dos gestores na gestão eficiente dos fluxos de caixa, devendo garantir o cumprimento de todas as obrigações e utilizar os fundos disponíveis de forma eficiente.

Por outro lado, os fluxos de caixa são também importantes na avaliação do desempenho, na medida em que, permitem estudar o comportamento dos preços de mercado após a sua divulgação e a estimativa dos fluxos futuros de caixa.

Segundo Santos (2004), a avaliação do desempenho é como um instrumento de levantamento de dados que caracterizam as condições que, dentro das empresas, estão em permanente conflito com os seus recursos disponíveis. O principal objetivo é o conhecimento de uma realidade: a dinâmica empresarial, a qual reclama à contabilidade a utilização de meios informativos com base em elementos passados, presentes e futuros.

Conforme o mesmo autor, a avaliação de desempenho atende a três dimensões: a rendibilização dos recursos disponíveis, o cumprimento dos objetivos estabelecidos e a estimativa de potencialidades diversas; esta visão tridimensional engloba a avaliação do passado da empresa e a preparação do seu presente de acordo com as perspetivas futuras, é nesta dependência que os fluxos de caixa evidenciam a sua importância.

Esta dupla virtude, de avaliar o passado e prever o futuro, permite a utilização da informação contabilística, quer na base do acréscimo, quer na base de caixa.

A informação preparada na ótica do acréscimo permite apurar a rendibilidade passada utilizando o resultado líquido. Nesta ótica os rendimentos e os gastos são reconhecidos na altura em que ocorrem independentemente de quando são recebidos ou pagos. A

informação preparada na base de caixa permite evidenciar o desempenho (passado), utilizando os fluxos líquidos de caixa e justificar decisões económico-financeiras recorrendo aos fluxos (futuros) de caixa descontados. Nesta ótica, os rendimentos são reconhecidos quando são recebidos e os gastos são reconhecidos no período contabilístico em que são pagos.

Associando os dois conceitos podemos concluir que se num dado período todos os gastos/custos e todos os rendimentos/proveitos forem pagos e recebidos, respetivamente, o resultado do período corresponde ao saldo de caixa (excluindo o saldo inicial).

Segundo Neves (2012), as decisões económico-financeiras podem ser tomadas em três níveis:

Estratégico – são decisões que envolvem a coordenação global dos recursos da empresa, bem como tudo o que envolva o médio e longo prazo, o que, em termos financeiros, corresponde às decisões de investimento e de financiamento a médio e longo prazo.

Operacionais – dizem respeito à atividade corrente, tais como o aprovisionamento, a produção e a comercialização. Vão conduzir às vendas e custos de exploração da empresa – cujo saldo representa o resultado operacional – e ao volume de clientes, existências e fornecedores – ou seja, às necessidades de fundo de maneiio.

Decisões de tesouraria – correspondem, às decisões de financiamento de curto prazo, de forma a que a entidade mantenha a curto prazo um nível mínimo de liquidez.

Se por um lado, a análise de fluxos permite distinguir quais os fluxos resultantes das decisões financeiras, por outro lado, dá uma visão dos sucessivos saldos de caixa ao longo dos diversos ciclos financeiros, contribuindo para uma informação mais apropriada à gestão e ao seu controlo.

Podemos concluir que a demonstração de fluxos de caixa é um documento de informação própria para a avaliação das entidades, para a deteção de sinais de alerta contra possíveis riscos de fragilidade momentânea ou, até mesmo, de insolvência e, ainda, ajuda na determinação/correção do caminho a seguir pela entidade (Pena, 2010).

2.7.2 A Importância da Previsão da Demonstração de Fluxos de Caixa

O principal objetivo da contabilidade financeira é fornecer informação útil aos investidores para que possam fazer previsões sobre o desempenho da empresa. Prever é considerado o ponto inicial da gestão, sendo assim, é importante, a elaboração de um documento prévio da demonstração de fluxos de caixa a que poderemos chamar de previsão dos fluxos de caixa.

A previsão dos fluxos de caixa permite o conhecimento da capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa suficientes para o cumprimento das suas obrigações e ainda uma avaliação da sua folga financeira para novas necessidades em termos de competitividade na sua área, ou para um alargamento do mercado com a implementação de novos projetos, diversificação e/ou aumento dos seus segmentos. Indica antecipadamente as necessidades de caixa para atendimento dos compromissos que a empresa costuma assumir, considerando os prazos para serem pagos.

A previsão dos fluxos de caixa é feita com base em dados de períodos anteriores de modo a conhecer as expectativas de receitas e despesas que irão ocorrer no período. Assim, podemos verificar que as empresas que utilizam a previsão dos fluxos de caixa têm menos dificuldades, visto que é vantajoso para a empresa saber no início de cada período quais as necessidades e os excedentes de recursos financeiros. A empresa poderá, assim, antecipadamente tomar a decisão mais adequada para solucionar as suas dificuldades de caixa.

Silva e Ferreira (2007), afirmam que, para além de prever e acompanhar, também é muito importante controlar todas as informações, atualizando-as no processo de tomada de decisão para que a empresa possa utilizar o fluxo de caixa como uma ferramenta de auxílio na sua manutenção e crescimento.

A função controlo envolve, basicamente, duas atividades: a primeira atividade é a de comparar a informação entre os valores executados e os valores previstos, permitindo assim aos gestores avaliar o desempenho alcançado em relação aos planos estabelecidos e detetar possíveis desvios ocorridos, para posteriormente proceder à sua correção. A segunda atividade é a de determinar se o plano adotado deve ser modificado com base nessa comparação.

Neste sentido, o administrador deverá estar preparado para rever os seus planos, caso ocorra algum problema económico-financeiro imprevisto, sendo esse problema detetado através do controlo de caixa.

Podemos concluir que a comparação entre a demonstração de fluxos de caixa e a sua previsão elaborada para o mesmo período permite uma sistemática melhoria de cálculos, ponderação e consistência entre as várias decisões a tomar, tornando-se assim num importante instrumento de apoio à gestão.

2.7.3 Rácios financeiros associados à Demonstração de Fluxos de Caixa

Segundo Neves (2012), a técnica mais utilizada pela análise financeira consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamento de contas do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de fluxos de caixa, ou ainda entre outras grandezas económico-financeiras. Estas relações designam-se de rácios. Os rácios são um instrumento de apoio que permite sintetizar dados e comparar o desempenho económico-financeiro das empresas e a sua evolução no tempo.

Segundo Silva (2013), o objetivo dos rácios é conseguir uma informação distinta e complementar da informação contida nos valores absolutos e com evidente utilidade para a análise económica e financeira da empresa.

Em alternativa à utilização da noção de resultado líquido, alguns autores têm vindo a propor rácios elaborados a partir do fluxo de caixa os quais servem para analisar a estrutura dos fluxos de caixa, nomeadamente da capacidade das operações em financiarem os investimentos e o pagamento dos juros e empréstimos.

Pode-se, em geral, classificar os rácios elaborados a partir do fluxo de caixa nas seguintes categorias:

- Rácios de cobertura de caixa;
- Rácios de qualidade dos fluxos;
- Rácios de investimento;
- Rácio de retorno.

2.7.3.1 Rácios de cobertura

Segundo Neves (2012), os rácios de cobertura pretendem dar uma visão da capacidade da empresa em satisfazer os seus compromissos financeiros. Assim, temos os seguintes rácios:

- **Cobertura de juros** = Fluxo de Caixa Operacional / Pagamento de Juros

O rácio de cobertura de juros indica a capacidade de pagar juros com base no fluxo de caixa operacional. Segundo Almeida (2000), uma empresa muito endividada, terá um baixo índice de cobertura de juros, e uma empresa com elevada participação de capital próprio terá um índice alto. Um índice menor que 1 sinaliza risco de insolvência.

- **Cobertura de dividendos** = Fluxo de Caixa Operacional / Pagamento de Dividendos

O rácio de cobertura de dividendos indica a capacidade de pagar dividendos com base no fluxo de caixa operacional.

- **Cobertura de dívidas de curto prazo** = Fluxo de Caixa Operacional / Passivo Corrente

- **Cobertura de dívidas de médio e longo prazo** = Fluxo de Caixa Operacional / Passivo Não Corrente

- **Cobertura de dívidas total** = Fluxo de Caixa Operacional / Passivo Total

O rácio cobertura de dívidas mostra a capacidade da empresa em pagar as suas dívidas de médio e longo prazo e de curto prazo utilizando o fluxo de caixa operacional.

É imprescindível que qualquer empresa liberte da sua atividade meios financeiros capazes de fazer face aos encargos dos financiamentos necessários ao seu funcionamento.

2.7.3.2 Rácios de qualidade dos fluxos

Segundo Neves (2012), os rácios de qualidade dos fluxos pretendem analisar as diferenças que a empresa apresenta entre resultados e fluxos de caixa em consequência de critérios contabilísticos do acréscimo, da eficiência em gerir as necessidades em fundo de maneio ou em controlar o crescimento. Temos, então, os seguintes rácios:

- **Qualidade das vendas** = Recebimento de clientes / (Vendas + Prestação de Serviços)

Segundo Braga e Marques (2001), o rácio da qualidade das vendas mede a proporção das receitas de vendas convertidas em dinheiro no exercício pelos recebimentos e cobranças de clientes.

- **Qualidade do resultado** = Fluxo de Caixa Operacional / (Resultado operacional + Depreciações + Provisões)

Conforme o mesmo autor o rácio da qualidade do resultado fornece uma indicação da dispersão entre os fluxos de caixa e os lucros divulgados.

2.7.3.3 Rácios de Investimento

- **Investimento/Financiamento** = Fluxo Caixa líquido para investimento / Fluxo Caixa líquido de Financiamento

O rácio de investimento/financiamento compara os fluxos líquidos necessários para finalidades de investimento, com os gerados de financiamentos. Ajudam a avaliar em que medida a empresa consegue autofinanciar o seu crescimento.

- **Cobertura de Investimentos** = Fluxo de Caixa Operacional / Fluxo de Caixa Investimentos

O rácio cobertura de investimentos indica a capacidade da empresa em pagar os seus investimentos através do fluxo de caixa operacional. Segundo Almeida (2000), este rácio avalia o potencial da empresa de financiar a expansão com recursos próprios. Se o resultado for menor que 1 revela a necessidade da empresa em recorrer a recursos de terceiros.

2.7.3.4 Rácios de Retorno

- **Retorno Total** = Fluxo de Caixa Operacional / (Fluxo de Caixa de Financiamento + Fluxo de Caixa Investimento)

Segundo Almeida (2000), o rácio de retorno total mede os recursos que são gerados para aplicação nas atividades de investimento e de financiamento.

- **Retorno sobre vendas** = Fluxo de Caixa Operacional / Vendas

O rácio de retorno sobre vendas indica a capacidade da empresa de gerar caixa frente ao total das vendas.

Em suma, os conjuntos de indicadores expostos auxiliam analistas, credores e outros utilizadores na previsão de fluxos futuros e na medição de desempenho dos fluxos correntes de caixa.

Contudo, segundo Neves (2012), os rácios apresentam algumas limitações, e por isso devem ser usados com prudência, para não se tirarem conclusões incorretas ou com pouco significado.

Algumas limitações são por exemplo:

- Os rácios tratam apenas dados quantitativos.
- As decisões de curto prazo podem afetar as demonstrações financeiras e os rácios que lhes estão inerentes.
- A comparação de rácios entre empresas do mesmo setor pode ser falseada pelas diferenças das práticas contabilísticas das empresas.
- Não existe uma definição normalizada de cada rácio. Assim, dois analistas financeiros podem calcular um mesmo rácio para a mesma empresa com valores diferentes.
- O apuramento de um valor para um rácio individualizado não diz nada ao analista. O rácio tem de ser analisado no seu contexto.
- A análise de rácios baseada em dados publicados e a sua comparação com a empresa assenta na pesquisa de conhecimento sobre o passado. O analista financeiro interessado no futuro deve pressupor que as conclusões sobre o passado refletem necessariamente a situação atual ou futura.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada na primeira fase deste estudo consistiu na pesquisa bibliográfica, a qual tem por base a consulta de livros, artigos científicos, revistas e publicações sobre a demonstração de fluxos de caixa. O trabalho desenvolvido ao longo do estágio terá por base a observação e análise de documentos, em papel e eletrónicos, procedendo-se depois ao seu registo na aplicação informática de contabilidade (Primavera) de acordo com as regras contabilísticas previstas no SNC, e se for o caso, pelas *International Accounting Standards (IAS) / International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

4 A ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

O presente ponto serve para dar a conhecer a entidade de acolhimento do estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Gestão Empresarial.

4.1 Apresentação da Entidade

A sociedade *My Business – Consultores Financeiros e Informáticos Unipessoal Lda.*, foi constituída em janeiro de 2006, sendo o seu objeto a “produção e comercialização de aplicações web, consultoria na área informática, comercialização de software informático, atividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal, apoio à gestão de empresas e empresários em nome individual, realização de estudos de mercado, serviços de apoio à internacionalização de empresas, realização de projetos de investimento, consultoria na área financeira” conforme Certidão do Cartório Notarial.

Apesar do vasto leque de atividades estabelecidas no objeto social, o foco da entidade era o desenvolvimento e comercialização de software informático, devido à pouca concorrência que existia na altura e também aos vastos conhecimentos existentes nesta área.

A sociedade foi constituída inicialmente com um capital social de 5000€, detido por um único sócio. A sede social da *My Business – Consultores Financeiros e Informáticos Unipessoal Lda.*, situa-se na Rua Padre António Vieira nº28 R/C, em Coimbra.

No final de abril de 2011, com a entrada de uma nova sócia a sua forma jurídica alterou-se e passou a ser uma sociedade por quotas, detendo cada um dos sócios 50% do capital social. A sociedade passou então a denominar-se *My Business – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.* Com a entrada da nova sócia e com as alterações existentes no mercado e na concorrência, a sua atividade principal passou a centrar-se na contabilidade, na consultoria fiscal e no apoio à gestão de empresa tendo assim como Classificação da Atividade Económica (CAE) o 69200, designado por “atividades de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal”.

Esta entidade é uma microentidade pois não ultrapassa dois dos três limites impostos pelo artigo 9º da lei 98/2015. São eles:

- Total do balanço de 350000€;
- Volume de negócios líquido de 700000€;
- Numero medio de 10 empregados durante o exercício.

As empresas clientes integram microentidades e pequenas entidades, as quais adotam a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) compreendida no SNC, ao invés de adotar o regime da normalização contabilística para microentidades.

A *My Business* – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda., tem como objetivo principal “proporcionar aos seus clientes o melhor conjunto de serviços profissionais nas suas áreas de atuação, com intuito de melhorar a qualidade e a rapidez de informação”. Como missão pretende ajudar os clientes a tornarem-se mais fortes e mais competitivos, aumentando os lucros, otimizando os custos e melhorando a eficiência e organização das empresas.

A *My Business* – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda., é uma empresa especializada em oferecer soluções completas nas áreas de prestação de serviços em todas as rotinas de um escritório, finanças, contabilidade e consultadoria. A entidade também presta aconselhamento de gestão, de forma a manter uma relação mais próxima com os clientes e garantindo que estes se tornem mais eficazes e eficientes.

5 ATIVIDADES REALIZADAS

Neste ponto serão abordadas as atividades exercidas no decorrer do estágio. A mestrandia começou por integrar-se na entidade, conheceu o seu objeto, os clientes e o método de trabalho.

Após o conhecimento da entidade, realizou atividades específicas na área da contabilidade, da fiscalidade e na apreciação do controlo interno.

5.1 Receção, Organização, Classificação e Registo de Documentos Contabilísticos

O processo contabilístico inicia-se com a entrega dos documentos contabilísticos da empresa cliente, os quais são colocados em pastas criadas para cada entidade cliente para posterior tratamento contabilístico.

De seguida, procedemos à sua organização, separando os documentos que são de interesse à empresa, dos documentos que não estão relacionados com a atividade da empresa cliente.

Os documentos que são de interesse à empresa, são separados por meses e é efetuada a conferência dos elementos que cumpram os requisitos do artigo 36 n.º 5 do Código do

Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA), como por exemplo: data, identificação das partes, denominação e quantidade dos bens/serviços comercializados, preço líquido de imposto, taxas e montante de imposto devido, entre outros.

De seguida são distribuídos pelos diários a que correspondem, de modo a proceder ao seu registo contabilístico.

No diário do caixa arquivam-se todos os movimentos efetuados pelo caixa, ou seja, os recebimentos e os pagamentos feitos por caixa. No diário de bancos, tal como no caixa arquivam-se todos os documentos pagos ou recebidos através do banco. No diário de compras são arquivadas as faturas, notas de crédito e notas de débito de fornecedores, relativas às aquisições efetuadas para a atividade da entidade, quer estas tenham sido pagas ou não. No diário de vendas e prestações de serviços são arquivadas as faturas, vendas-a-dinheiro, notas de débito e notas de crédito enviadas para os clientes, por ordem de numeração. E por último, no diário diversos encontram-se todos os documentos que não se enquadram nos diários acima referidos, como por exemplo, fornecimentos e serviços externos, processamento de salários, regularizações, outras correções do período, entre outros.

Depois dos documentos estarem devidamente separados por diários estes são organizados por ordem alfabética com exceção das faturas, vendas-a-dinheiro, notas de débito, notas de crédito e recibos que devem ser arquivados por ordem numérica.

Após os documentos estarem organizados, procede-se ao seu registo contabilístico no programa de contabilidade “Primavera Profissional” procedendo-se ao mesmo tempo à anotação no documento do número do lançamento, o qual tem de corresponder à numeração do programa informático, de forma a facilitar uma posterior localização do documento.

5.2 Práticas de Controlo Interno

Numa organização, o controlo interno representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contabilísticos confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa. A *My Business – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.*, desenvolve alguns procedimentos de controlo interno importantes para um tratamento contabilístico eficiente, como por exemplo, as reconciliações bancárias, a conferência de saldos de

clientes e fornecedores e o ponto de situação dos clientes. Contudo, apresentam-se em seguida apenas os pontos realizados no decorrer do estágio.

5.2.1 Reconciliações Bancárias

As reconciliações bancárias são efetuadas mensalmente após o lançamento dos documentos contabilísticos no programa de contabilidade. Estas consistem na comparação entre os extratos de contas bancárias e os registos efetuados na contabilidade.

Sempre que os saldos das contas bancárias presentes na contabilidade e no extrato bancário sejam diferentes procede-se à elaboração da reconciliação bancária até ser identificada a origem dessa diferença, e posteriormente procede-se à sua correção.

5.2.2 Análise das Contas de Clientes

Na entidade de acolhimento existe um ficheiro Excel denominado “ponto de situação dos clientes” onde são registadas todas as obrigações contabilísticas e fiscais que as entidades têm de cumprir, como por exemplo, a organização dos documentos contabilísticos e respetivo lançamento, entrega periódica do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA); encerramento de contas, Pagamento Especial por Conta, E-faturas, declaração da modelo 22, entre outras.

Este documento tem como objetivo informar todos os colaboradores do que já está realizado e o que ainda está por realizar, permitindo assim a organização da entidade e a não duplicação de trabalhos.

5.3 Processamento de Salários

O processamento de salários foi outra atividade desenvolvida no estágio, o qual é feito no programa de gestão – Primavera Profissional.

Para se proceder ao processamento de salários as entidades clientes têm de enviar um mapa de controlo de admissões, faltas, baixas, suspensões e férias de cada trabalhador todos os meses. Após esta tarefa, confirma-se os dados de cada trabalhador, insere-se o número de dias úteis do respetivo mês e efetua-se o processamento de salários.

Seguidamente é conferido o montante do salário e a respetiva taxa de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) que o programa processou e conclui-se este processo.

Após de processados os salários são imprimidos os recibos de vencimentos, os quais são enviados aos respetivos clientes.

5.4 Entrega da Declaração Periódica do IVA

A entrega da declaração periódica do IVA tem uma periodicidade mensal ou trimestral, dependendo do volume de negócios da entidade, do ano civil anterior ao do período da entrega respetiva. Na *My Business – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.*, a maioria das empresas clientes realiza entregas de IVA trimestralmente. O IVA tem de ser entregue até ao dia 15 do 2.º mês seguinte ao trimestre do ano civil a que respeitam as operações, conforme o artigo 41 n.º 1 b) do CIVA.

Apesar do apuramento do IVA ser processado automaticamente no programa de contabilidade da entidade, esta para garantir a fiabilidade da declaração periódica do IVA elabora um ficheiro Excel onde são registados todos os documentos sujeitos a IVA, que tinham sido anteriormente registados no programa informático. De seguida, efetua-se uma comparação com o montante de IVA a entregar ou a recuperar face ao processado, verificando-se e retificando as diferenças encontradas, evitando-se, assim, a elaboração de regularizações e até mesmo de coimas.

5.5 Reflexão Crítica

A realização do estágio curricular na entidade *My Business – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.*, permitiu adquirir competências nas áreas da contabilidade e da fiscalidade. O período ao longo do qual decorreu o estágio foi bastante oportuno pois permitiu a participação em algumas atividades no processo de encerramento de contas e na entrega da declaração de IVA. É de realçar, que o facto da entidade acolhedora proporcionar um bom ambiente de trabalho e o facto de haver entreaajuda entre os colegas de trabalho, facilitou a adaptação inicial assim como permitiu uma boa aprendizagem das tarefas realizadas, sendo esclarecidas sempre as dúvidas que iam surgindo no decorrer do estágio.

Relativamente aos pontos fracos da entidade podemos referir o facto de os clientes não entregarem atempadamente os documentos contabilísticos o que pode causar atrasos nos processos de organização e registo dos mesmos. Como pontos fortes podemos apontar os procedimentos de controlo interno da entidade referidos anteriormente, que permitem evitar erros e irregularidades e o facto da entidade apresentar uma alta taxa de retenção

de clientes, pelo facto de existir uma boa relação com eles e pela qualidade dos serviços prestados.

Em suma, o estágio curricular foi uma experiência bastante enriquecedora, não só pelo facto de ter proporcionado um contacto direto com a realidade profissional, como, também, por me permitir ampliar os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, contribuindo assim, para o crescimento tanto a nível pessoal como a profissional.

6 CASO PRÁTICO DE UMA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Com o objetivo de exemplificar o que foi referido no ponto 2 deste trabalho, vamos elaborar uma demonstração de fluxos de caixa relativa aos anos 2014 e 2015, de uma empresa cliente da *My Business – Consultores Financeiros e Informáticos, Lda.*, que vamos designar por Delta, Lda. De seguida é feita uma análise financeira através do cálculo de indicadores financeiros baseados na demonstração de fluxos de caixa.

6.1 Demonstração de Fluxos de Caixa

Para os anos de 2014 e 2015 foram apurados os seguintes resultados pelo método direto, apresentados na tabela 6.1:

Tabela 6.1 Demonstração de Fluxos de Caixa da empresa Delta, Lda. de 2014 e 2015

Rubricas	2015	2014	Variação
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes	6 028,71	3 221,34	87,14 %
Pagamentos a fornecedores	(6 263,35)	(2 775,58)	125,6 %
Pagamentos ao pessoal	(10 092,05)	(12 441,40)	- 18,9 %
Caixa gerada pelas operações	(10 326,69)	(11 995,64)	- 13,91%
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(856,95)	(523,59)	63,66%
Outros recebimentos/pagamentos	(941,12)	(2 525,93)	- 62,74%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(12 124,76)	(15 045,16)	- 19,41%
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis	-	1 000,00	100%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-	1 000,00	100%
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	-	1 027,90	100%
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	-	(2 990,24)	100%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	(1 962,34)	100%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(12 124,76)	(16 007,50)	24,26%
Caixa e seus equivalentes no início do período	37 049,62	53 057,12	30,17%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24 924,86	37 049,62	32,73%

No início de 2014 a entidade apresentava um saldo de caixa no valor de 53 057,12€ e no final do período apresentava um saldo no valor de 37 049,62€, tendo havido uma variação negativa dos fluxos de caixa neste período no valor de 16 007,5€ ou seja de 30,17%.

O fluxo de caixa das atividades operacionais mostra a forma como a empresa cria e gera os seus rendimentos de forma a cobrir todas as despesas operacionais. Numa entidade, é desejável que os fluxos de caixa operacionais sejam suficientes para cobrir os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento. No ano de 2014 podemos verificar que a entidade apresenta um saldo de fluxos de caixa operacionais negativo no valor de 15 045,16€ o que significa que a empresa não está a gerir bem o seu negócio, ou seja, os rendimentos obtidos através da prestação de serviços não são suficientes para cobrir as despesas operacionais como por exemplo, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e pagamento do imposto sobre o rendimento. Um fluxo de caixa operacional negativo pode ser sintoma de fraqueza da empresa e até indicar o aproximar de uma bancarrota, mas por outro lado pode significar apenas uma fase de crescimento que precede uma situação estável de fluxos positivos.

O saldo de caixa de fluxos de investimento numa entidade tende a ser negativo, pois o investimento em novos ativos normalmente é superior a venda de ativos. Relativamente à entidade Delta, Lda. podemos verificar que esta apresenta um saldo positivo, pelo facto ter efetuado uma alienação de ativo fixo tangível no ano 2014 no valor de 1 000€ e de não ter efetuado qualquer investimento em ativos fixos tangíveis nem de ativos intangíveis pois não apresenta disponibilidade de caixa suficiente para efetuar investimentos. Para fazer face às despesas recorreu a capitais alheios no valor de 1027,90€, mas efetuou amortizações dos financiamentos obtidos no valor de 2 990,24€ o que originou um valor de fluxo de caixa de financiamento negativo.

No ano de 2015 a entidade apresentava um saldo de caixa inicial no valor de 37 049,62€ e no final do período apresentava um saldo no valor de 24 924,86€, tendo havido uma variação negativa dos fluxos de caixa neste período no valor de 12 124,76€ ou seja de 32,72%. O fluxo de caixa das atividades operacionais apresenta um valor negativo pelo facto de a entidade não gerar rendimentos suficientes através da prestação de serviços para cobrir as suas despesas operacionais. A entidade apresenta o valor dos fluxos de caixa de investimento e de financiamento igual a zero, pois não efetuou qualquer

investimento ou alienação de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis neste período, nem recorreu a capitais alheios.

Assim podemos verificar através do cálculo das variações ocorridas em percentagem que o fluxo de caixa das atividades operacionais diminuiu em 19,41% de 2014 para 2015, devido ao facto dos recebimentos de clientes aumentarem em 87,14%, tendo contribuído para este aumento, o valor da prestação de serviços que cresceu em 129,6% e o aumento do valor dos clientes que cresceu em 380%. Esta diminuição no fluxos das atividades operacionais também se deveu ao facto de ter havido um aumento relativo ao pagamento do imposto sobre o rendimento em 63,66%, e nos pagamentos a fornecedores em 125,6% tendo contribuído para este aumento o valor dos fornecimentos e serviços externos que cresceu em 120,7% e o valor dos fornecedores que cresceu em 143,78%. Embora o valor do pagamento ao pessoal tenha diminuído em 18,9% e dos outros recebimentos/pagamentos também terem diminuído em 62,74%. Em relação às atividades de investimento e de financiamento a variação é de 100% pelo facto da entidade só apresentar valores em 2014.

6.2 Análise da entidade através do cálculo de rácios baseados nos fluxos de caixa

De acordo com a análise das demonstrações financeiras foram calculados os rácios financeiros como se apresentam nas tabelas seguintes.

Tabela 6.2 Rácios de Cobertura

	2015	2014
Cobertura de dívidas de Curto Prazo = Fluxo de Caixa Operacional/ Passivo Corrente	-3,93	- 14,3
Cobertura de dívidas de Médio e Longo Prazo = Fluxo de Caixa Operacional/ Passivo Não Corrente	- 9,66	-7,82
Cobertura total de dívidas = Fluxo de Caixa Operacional/ Passivo Total	-2,79	-5,03

O rácio da cobertura de dívidas mede a capacidade da entidade para pagar as suas dívidas utilizando o fluxo de caixa operacional. Se o valor for menor que 1 a empresa não está a gerar fluxos de caixa suficientes para pagar as suas dívidas, se for maior que 1 a empresa está a conseguir cumprir com as suas obrigações. Podemos verificar que

nos dois anos os rácios de cobertura permaneceram negativos, o que indica que a empresa não está a gerar fluxos de caixa suficientes para cumprir com as suas obrigações.

Tabela 6.3 Rácios de Qualidade dos Fluxos

	2015	2014
Qualidade das vendas = Recebimento de clientes/ (Vendas + PS)	0,77	0,95
Qualidade do Resultado = Fluxo de Caixa Operacional / Resultado operacional	1,21	1,43

Relativamente à qualidade do resultado podemos verificar que o valor diminui de um ano para o outro, devido à diminuição do valor do fluxo de caixa operacional e do resultado operacional. Através deste rácio, concluímos que o valor do resultado operacional não foi suficiente para gerar caixa operacional, pois nos dois anos o valor do fluxo de caixa operacional é superior ao resultado operacional. Relativamente à qualidade das vendas no ano de 2014 o valor não diverge muito da unidade o que quer dizer que o valor das vendas provém a maior parte dos recebimentos de clientes, ao contrário do ano de 2015 em que o valor diverge muito da unidade. Segundo Neves (2012), quando estes rácios se afastam muito da unidade é necessário perceber a razão, pois significa que a perspetiva que se obtém da análise da demonstração de resultados pode ser diferente da que se obtém ao analisar os fluxos de caixa e pode ser um sinal de alerta para tomar decisões de melhoria do equilíbrio financeiro ou de tesouraria.

Tabela 6.4 Rácio de Investimento

	2015	2014
Investimento/Financiamento = Fluxo de Caixa de Investimento / Fluxo de Caixa de Financiamento	0	-0,51

O rácio da cobertura de investimentos não foi calculado porque nos dois anos analisados não foram efetuados quaisquer pagamentos relativos a investimentos.

O rácio de financiamento dos investimentos compara os fluxos líquidos necessários para finalidades de investimentos, com os gerados de financiamentos. Como podemos verificar no ano de 2014 temos um valor negativo, pois o valor do fluxo de caixa de financiamento é negativo, e inferior ao valor do fluxo de caixa de investimento, pelo

facto de não terem sido efetuados quaisquer aquisições de ativos fixos tangíveis ou de ativos intangíveis. No ano de 2015 o valor é igual a zero porque a entidade não efetuou investimentos e financiamentos neste período.

Tabela 6.5 Rácios de Retorno

	2015	2014
Retorno Total = Fluxo de Caixa Operacional / (Fluxo de Caixa de Financiamento + Fluxo de Caixa de Investimento)	0	15,63
Retorno Vendas = Fluxo de Caixa Operacional / Vendas	- 1,56	- 4,45

O rácio retorno total mede a capacidade de geração de recursos internos para aplicação nas atividades de investimento e de financiamentos. Através deste rácio podemos concluir que a entidade não está a gerar recursos suficientes para poder fazer investimentos ou aplicar nas atividades de financiamento.

O rácio retorno sobre as vendas indica a capacidade da entidade para gerar caixa em relação ao total das vendas. Este rácio apresenta um valor negativo nos dois anos pelo facto do valor do fluxo de caixa operacional ser negativo, o que indica que a entidade não está a gerar rendimentos suficientes através da prestação de serviços para fazer face aos pagamentos operacionais.

CONCLUSÕES

O presente relatório descreve as atividades desenvolvidas no estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Gestão Empresarial, o qual permitiu pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, principalmente das áreas da contabilidade e da fiscalidade.

Com o desenvolvimento das sociedades modernas, e as constantes alterações, designadamente no universo económico e financeiro é necessário incrementar uma gestão de recursos, que seja cada vez mais rigorosa e flexível e que conduza ao aperfeiçoamento de métodos e técnicas que visam a prosperidade em todos os sectores de atividade. Assim, foi analisada a demonstração de fluxos de caixa, a qual fornece aos seus utilizadores uma base para identificar e avaliar a capacidade da entidade para gerar e utilizar os seus fluxos financeiros, demonstrando ser um documento fundamental para a tomada de decisões de gestão.

A demonstração de fluxos de caixa tem como objetivo proporcionar aos utilizadores da informação financeira uma base para determinar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e determinar as necessidades da empresa de utilizar esses fluxos em tempo útil. Ao longo do relatório, a demonstração de fluxos de caixa é analisada em várias vertentes, como por exemplo, a sua história, os seus objetivos, vantagens e desvantagens, sendo evidenciada a sua importância no processo de tomada de decisão.

O presente relatório permitiu concluir que a demonstração de fluxos de caixa é um instrumento estratégico essencial para a tomada de decisão, uma vez que proporciona informação sobre a capacidade de uma entidade gerar fluxos de tesouraria bem como informação que permite estimar os fluxos necessários para a normal continuação da sua atividade.

Relativamente a parte prática, o relatório permitiu compreender a forma de elaboração de uma demonstração de fluxos de caixa, tendo agora uma maior perceção da sua importância para a análise da situação financeira das entidades, através do cálculo de indicadores financeiros baseados na demonstração de fluxos de caixa.

Em suma, este estudo foi bastante enriquecedor tanto em termos pessoais como a profissionais, pois permitiu um contacto direto com a realidade do mercado de trabalho e o desenvolvimento e aplicação prática de conhecimentos adquiridos nas áreas da contabilidade e fiscalidade. Permitiu, também, conhecer documentos contabilísticos que

desconhecia, o que possibilita uma melhor integração futura no mercado de trabalho. Também possibilitou conhecer melhor as demonstrações financeiras, principalmente a demonstração de fluxos de caixa, permitindo concluir que é um documento importante de informação financeira e, sobretudo indispensável para a tomada de decisões de gestão, sendo ainda fundamental na avaliação do desempenho e na prevenção da insolvência.

Quanto a possíveis sugestões de trabalho futuros, seria interessante efetuar uma análise da importância da demonstração de fluxos de caixa através de questionários feitos a profissionais de contabilidade e a estudantes universitários de contabilidade para verificar qual a utilidade que atribuem a esta demonstração financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, R. S. (2000). *Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Obtido em 18 de Outubro de 2017, de https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/146/pdf_36
- Araújo, J. (2008). Demonstração dos fluxos de caixa. *Revista TOC* , n° 101, pp. 25-28.
- Barata, A. (1999). Análise dos Fluxos Monetários. *Revista de Contabilidade e Comércio* , LVI, n° 221.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2010). *Elementos de Contabilidade Geral* (25ª ed.). Lisboa: Áreas Editora, SA.
- Braga, R., & Marques, J. A. (Janeiro/Abril de 2001). Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. *Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP* , v. 14, n°25, pp. 6-23.
- Caiado, A. P., & Gil, P. D. (2014). *A Demonstração dos Fluxos de Caixa* (2ª ed.). Lisboa: Áreas Editora, SA.
- Caiado, A. P., & Gil, P. M. (1993). *Fluxos de Caixa: Concepção de uma classe 0 - Contabilidade dos fluxos de caixa e de uma base de dados para a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Carrapiço, J. (22 de Abril de 2013). *Demonstração de fluxos de caixa*. Obtido em 14 de Outubro de 2017, de *Jornal de negócios*: http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/detalhe/demonstracao_de_fluxos_de_caixa
- Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado*. (s.d.). Obtido em 18 de Setembro de 2017, de *Portal das Finanças*: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/civa_rep/index_iva.htm
- Costa, C. B., & Alves, G. C. (2014). *Contabilidade Financeira* (9ª ed.). Letras e Conceitos, Lda.
- Decreto-Lei n° 98/2015. (2 de junho de 2015). *Diário da República* , n° 106 - 1ª série . Ministério das Finanças.

Neves, J. C. (2012). *Análise e relato financeiro - Uma visão integrada de gestão* (5ª ed.). Alfragide: Texto Editores, Lda.

Neves, J. C. (2007). *Análise financeira: Técnicas fundamentais*. Lisboa: Texto Editores.

Pena, J. (Junho de 2010). *NCRF 2 - Demonstração Dos Fluxos de Caixa - Comentários e explicações*. Obtido em Setembro de 2017, de Portal Gestão: <https://www.portal-gestao.com/artigos/6177-ncrf-2-demonstra%C3%A7%C3%A3o-dos-fluxos-de-caixa-coment%C3%A1rio-e-explica%C3%A7%C3%B5es.html>

Portaria nº 220/2015. (24 de julho de 2015). *Diário da República*, nº 143 1ª série. Ministério das Finanças.

Rodrigues, J. (2012). *Sistema de Normalização Contabilística Explicado* (3ª ed.). Porto: Porto Editora.

Santos, L. L. (2004). *Fluxos de Caixa* (3ª ed.). Porto: Vida Económica.

Scorte, C. M., Cozma, A., & Rus, L. (2009). *The importance of accounting information in crisis times*. Obtido em 3 de Julho de 2017, de <http://www.oeconomica.uab.ro/upload/lucrari/1120091/18.pdf>

Silva, E. S. (2013). *Gestão Financeira - Análise de Fluxos Financeiros* (5ª ed.). Porto: Vida Económica - Editorial, SA.

Silva, E. S., & Martins, C. (2012). *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Porto: Vida Económica - Editorial, SA.

Silva, J. B., & Ferreira, A. (Junho de 2007). A importância do fluxo de caixa como ferramenta fundamental na média e pequena empresa. *Revista Científica eletrónica de administração*, nº 12.

Silva, K. R., & Souza, P. C. (Janeiro de 2011). Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões. *INGEPRO - Inovação, Gestão e Produção*, vol. 3, nº 1, pp. 67-78.

Spadin, C. E. (22 de Setembro de 2008). A importância da demonstração dos fluxos de caixa enquanto instrumento gerencial para a tomada de decisão. *Revista de Ciências Gerencias*, vol XII nº 14, pp. 167-177.

Winborg, J. (1996). *Financial Planning Activity in Small Firms - The Use of Formal Financial Budgets*. Obtido em 5 de Julho de 2017, de SBANC - Small Business

Advancement

National

Center:

<https://drive.google.com/file/d/0B9pflhVOKMWBWFNnS3dfQVZVY1k/view>

APÊNDICES

APÊNDICE 1. Balanço da Delta, Lda.

RUBRICAS	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO		
Ativo não corrente		
Subtotal	0,00	0,00
Ativo corrente		
Clientes	4 428,00	922,50
Estado e outros entes públicos	4 028,90	4 118,41
Diferimentos	112,11	107,68
Outros ativos correntes	24 000,00	5 000,00
Caixa e depósitos bancários	924,86	32 049,62
Subtotal	33 493,87	42 198,21
Total do ativo	33 493,87	42 198,21
Capital Próprio e Passivo		
Capital Próprio		
Capital Realizado	5 000,00	5 000,00
Reservas Legais	27 899,39	27 899,39
Resultados Transitados	6 310,97	16 982,47
Subtotal	39 210,36	49 881,86
Resultado líquido do exercício	-10 048,99	-10 671,50
Total do capital próprio	29 161,37	39 210,36
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	0,00	666,03
Outras contas a pagar	1 254,93	1 257,45
Subtotal	1 254,93	1 923,48
Passivo corrente		
Fornecedores	121,79	-49,96
Estado e outros entes públicos	359,40	293,81
Outros passivos correntes	2 596,38	820,52
Subtotal	3 077,57	1 064,37
Total do Passivo	4 332,50	2 987,85
Total do capital próprio e do passivo	33 493,87	42 198,21

APÊNDICE 2. Demonstração de Resultados da Delta, Lda.

Rendimentos e Gastos	31/12/2015	31/12/2014
Vendas e serviços prestados	7 757,00	3 378,40
Subsídios à exploração	0,00	0,00
Varição de Inventários na produção	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-5 501,91	-2 492,16
Gastos com pessoal	-12 196,75	-13 441,77
Imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	10,84	2 125,51
Outros gastos e perdas	-24,76	-61,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-9 955,58	-10 491,74
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos	-9 955,58	-10 491,74
Gastos Líquidos de Financiamento	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	-9 955,58	-10 491,74
Impostos sobre o rendimento do período	-93,41	-179,76
Resultado liquido do período	-10 048,99	-10 671,50

ANEXOS

Anexo 1: Elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa pelo Método Direto

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		N	N-1
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
	Caixa gerada pelas operações	+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-	+/-
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		+	+
Activos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros activos		+	+
Subsídios ao investimento		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-	+/-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		+	+
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+	+
Cobertura de prejuízos		+	+
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio			
		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período			
	
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	